

A IGREJA INSTITUIÇÃO REGULADORA DA GUERRA MEDIEVA. O PROTAGONISMO DE BERNARDO DE CLARAVAL¹

Abílio Lousada

Resumo

Monge da ordem religiosa de Cister, abade de Claraval, mariano, santo, Doutor da Igreja Católica e «ideólogo» político da cristandade feudal, BERNARDO DE CLARAVAL (1090-1153) foi o homem mais influente do seu tempo, renovando a espiritualidade ocidental através da pregação (sendo uma voz muito escutada), dos escritos (das obras mais lidas, imprimidas e estudadas do Catolicismo) e através dos seus milagres (é considerado o maior taumaturgo religioso). E foi também, para o tema em apreço, um dos grandes impulsionadores do controlo da guerra medieval pela Igreja, o «patrono» da ordem religiosa e militar do Templo, um paladino contra as seitas heréticas do Sul de França e um impulsionador da guerra contra o infiel maometano, da qual beneficiaria D. Afonso Henriques no processo de reconquista da Terra Portucalense.

Palavras-Chave

Bernardo de Claraval – Guerra – Cruzada – Infiel – D. Afonso Henriques

Abstract

Monk of the religious order of Cister, Abbot of Claraval, Marian, Saint, Priest of the Catholic Church and political "ideologue" of feudal Christianity, BERNARDO DE CLARAVAL (1090-1153) he was the most influential man of his time, renewing Western spirituality through the preaching (being a very heard voice), the writings (from the most read, printed and studied works of Catholicism) and through his miracles (he is considered the greatest thaumaturge of Church history). He was also, for this subject, one of the great drivers of the Church's control of medieval war, the "patron" of the religious and military order of the Temple, a paladin against the heretical sects of the South of France; and a driver of the war against the unfaithful Mohammedan, from which would benefit D. Afonso Henriques in the process of regaining the Portucalense Land.

¹ In *Revista Mátia Digital*, Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, Ano VII, N.º VII, Novembro 2019-Outubro 2020.

Keywords

Bernardo de Claraval – War – Crusade – Unfaithful – D. Afonso Henriques

Ambiente Político-Militar na Europa Feudal do Século XII

O século X é um período de transição, durante o qual desaparece o Império Carolíngio de Carlos Magno (742-814), se dispersam os direitos régios em França, na Alemanha e na Inglaterra, se fragmentam territorialmente os reinos europeus e se intensifica a pressão muçulmana, iniciada no século VIII. É um tempo de violência através das invasões, das guerras e das catástrofes sociais. Todos estes acontecimentos, para além de fragilizarem o poder e a autoridade dos monarcas, provocando o descontentamento e a desordem, esbateram a estabilidade social e o progresso económico, provocando a estagnação do comércio exterior e fazendo da terra o único meio de subsistência. O Feudalismo foi, assim, uma resposta às necessidades da época. (Howard, 1997)

Atingindo o apogeu no século XII, o Feudalismo nada mais é do que “*o fraccionamento da autoridade em múltiplas células autónomas. Em cada uma destas, um dono detém, a título privado, o poder de comandar e de punir, explorando esse poderio como uma parte do seu património hereditário.*” (Ballard, 1994) Esse suserano criava a segurança à volta do castelo, assente no seu exército privado, o que favorecia a atividade agrícola circundante, facilitando assim as trocas comerciais. Caracterizada por um conjunto de relações de dependência pessoal, a sociedade feudal estava rigidamente hierarquizada, estando os homens subordinados uns aos outros por laços de dependência. O rei era o suserano dos suseranos, a quem se devia obediência e prestava vassalagem. Os vassalos de um rei eram por sua vez suseranos de outros vassalos e assim sucessivamente. Dessa forma, a organização feudal, em vez de facilitar a união política colocada sob a autoridade de um só monarca, dividia-se em pequenas soberanias territoriais que se bastavam a si próprias. De facto, alguns possuíam forças militares próprias, declaravam guerra a outros «senhores» (guerra privada), cunhavam a sua própria moeda, ostentavam brasões e pendões e administravam a justiça nos seus feudos.

Estava-se no tempo das três classes sociais. Pela natureza da sua função, o clero (*oratores*) ocupava o topo da hierarquia, constituindo a classe letrada, sempre poderosa e influente, que regulava a vida religiosa dos Estados. Possuidores de feudos, houve eclesiásticos que se assumiam, também eles, como autênticos «senhores feudais». O clero garantia a segurança espiritual comunitária. A nobreza (*bellatores*) era a grande proprietária das terras, cuja proeminência social e política estava intimamente ligada à atividade guerreira,

constituindo a vocação natural de todo aquele que possuía um título nobiliárquico, em que o feito de armas era a máxima expressão da sua existência. A nobreza permitia a segurança física. Por fim, o povo (*laboratores*) trabalhava a terra em proveito do senhor feudal ou eclesiástico, em benefício da sua proteção física e espiritual. O povo era o garante da segurança alimentar. (Le Goff, 1990)

Como refere Robert O’Connell, “*a relação entre armas, estilos bélicos e sistemas políticos é íntima e em permanente reforço. A era feudal é disso um excelente exemplo. Na ausência de Estados grandes, centralizados, politicamente ambiciosos, a guerra perdeu muito do seu carácter predatório para assumir mais as características do combate intra-específico.*” (O’Connell, 1995) À época, a guerra constituía a principal atividade, sendo esta a ocupação por excelência da nobreza, o que fez da sociedade feudal uma sociedade guerreira. Neste contexto, surgiu uma autêntica «instituição» militar, a cavalaria, que havia de monopolizar a arte militar até ao aparecimento das armas de fogo nos campos de batalha. Foram a aparição do estribo no século VIII, da ferradura no século X e as modificações introduzidas na lança no século XI, que de arma de arremesso se transformou em arma de estoque, que aumentaram decisivamente a eficácia do guerreiro montado, relegando para segundo plano a importância da peonagem. A acrescentar a estes ingredientes, o cavaleiro passou a apresentar-se vestido e protegido por uma cota de malha que o tornava praticamente imune às intenções agressivas de um combatente de condição inferior.

Realmente, no apogeu que foi o século XII, a cavalaria tornou-se na força suprema sobre o campo de batalha, congregando o choque, a velocidade e a proteção como elementos essenciais do combate: utilizadas na horizontal, o poder de choque advinha-lhe das compridas lanças; a velocidade da capacidade locomotora dos cavalos, aos quais o cavaleiro se unia estreitamente, através do uso da sela alta e dos já enunciados estribos, podendo tirar maior rendimento das montadas; a proteção era-lhe conferida pela cota de malha, pelo elmo e pelo escudo. Desta forma, “*nasceu uma espécie de sociedade internacional de arautos, reguladores da guerra civilizada, que pairavam como necrólogos pelos campos de batalha.*” (O’Connell, 1995) À guerra, privada ou ao serviço de um monarca, consagrava o nobre a vida, para a qual se preparava através da caça grossa, das justas e dos torneios.

A Guerra tornou-se num «assunto» aristocrático, onde o homem montado detinha a exclusividade do feito de armas. O heroísmo era a principal qualidade do combatente e a procura do choque a forma mais adequada de o praticar. A autoridade do príncipe estava espartilhada e as guerras privadas eram recorrentes (o uso da força não era competência exclusiva do Estado). A guerra era prática quotidiana e, consequentemente, o espartilho

estatal a realidade, a desagregação social a chaga e a penúria económica o problema. Em termos táticos, “a *formação para a batalha era praticamente a falange montada.*” (Santos, 1979) Assim, os contingentes militares privados de cada senhor feudal dispunham-se lado a lado, conjuntamente com os efetivos próprios do soberano. A batalha, quando se verificava, acabava por se resumir a um encontro de cavalarias em frentes paralelas, sem qualquer manobra, transformando-se numa confusa ação de duelos intermináveis, nos quais o homem apeado não participava. As frentes eram variáveis consoante o número de cavaleiros existentes, que exigiam ficar todos na primeira linha, sem qualquer consideração pelos efetivos do adversário. Consequentemente, “*era frequente adversários simetricamente armados neutralizarem-se um ao outro (...). O verdadeiro combate, aquele que interessava aos olhos dos participantes, era necessariamente travado entre iguais, tanto nas armas como na classe a que pertenciam, e assim quase sempre produziam poucas baixas.*” (O’Connell, 1995)

Porém, em pleno século XII, o aparecimento e utilização de duas armas importadas do oriente pelos cruzados – a besta e a alabarda – e o uso adequado de uma terceira – o arco longo – iriam pôr à prova a invulnerabilidade dos cavaleiros e reconhecer a importância da peonagem. Arma relativamente fácil de adquirir e manejar, a besta, que permitia o tiro direto, imprimia ao virote uma tal velocidade e capacidade de penetração, que a cota de malha do cavaleiro deixou de ser imune. A resposta a esta nova arma foi reforçar a armadura, cujo aumento de peso lhe reduziu significativamente a mobilidade e favoreceu, em consequência, a eficácia da alabarda, que permitia desmontar o cavaleiro e reduzir-lhe a capacidade, pois não estava preparado para o combate apeado, muito menos quando coberto de chapa. Relativamente ao arco longo, a eficácia do seu tiro curvo (efeito de chuvinho) foi comprovada por Guilherme *O Conquistador*, em 1066, na batalha de Hastings, que permitia um longo alcance e grande cadência e concentração de tiro.

Além de influenciarem a arte da guerra, mostrando as vulnerabilidades próprias do cavaleiro e uma acrescida importância da peonagem, as cruzadas tiveram ainda uma grande influência no campo político, pois enfraqueceram o poder dos senhores feudais, derivado das expedições destinadas à Terra Santa, onde uns pereceram e outros ficaram arruinados, devido aos gastos e alienação de propriedades.

Em jeito de síntese, salientemos que, no século XII, o ideário cavaleiresco enformava do seguinte: i) a aventura, essencialmente, a procura de novas fontes de riqueza e de possibilidades de alistamento, concretamente o serviço militar mercenário, oferecendo-se os préstimos militares a quem melhor pagasse; ii) identificação do serviço prestado a um senhor

feudal forte e generoso; iii) serviço consagrado à Virgem Maria, Dama Celestial; iv) procura da Pátria Divina através da peregrinação a Jerusalém; v) disponibilidade para o martírio, mas também fidelidade aos companheiros de armas e leal admiração pelos próprios guerreiros inimigos que fossem dignos de elogios e admiração. (Le Goff, 1990)

A Igreja Instituição Reguladora da Guerra

Percorridos sucintamente o papel sócio militar da coroa, da nobreza e do povo, deitemos um olhar para o da Igreja. Será através da sua influência que o estágio evolutivo e emancipador das monarquias se tornará uma realidade, tal como foi determinante para a formulação de um novo conceito de atuação da cavalaria. Na verdade, a Igreja tornou-se no mais importante suporte do sistema militar.

Apesar de a guerra ser entendida como um juízo de Deus e inerente à natureza humana, impunha-se a sua regulamentação no âmbito da cristandade, de forma a minorar os sofrimentos que causava. De facto, a desenfreada belicosidade da época, quase anárquica, insurgiu a Igreja contra a forma de atuação dos *milites*, induzindo-os a minorarem as suas consequências, tendo em conta a opressão das massas populares, dos inúteis morticínios causados entre cristãos fruto das guerras privadas e públicas, dos torneios e do caos económico a que conduziam. Assim sendo, o papado instaurou os movimentos *Paz de Deus* e *Tréguas de Deus*. Determinados locais, como santuários, hospícios ou estradas foram colocados debaixo do controlo eclesiástico – *Pax* –, de forma que quem cometesse qualquer ato de violência nesses locais era passível de excomunhão. Idênticas medidas foram tomadas para proteção de todas as categorias de pessoas fragilizadas, física e economicamente. Posteriormente, a proibição estendeu-se a determinados dias da semana, ou seja, se matar alguém continuava a ser pecado mortal, a *Trégua de Deus* consignava o assassinio cometido entre a tarde de Quinta-feira e o Domingo como passível de excomunhão. Assim, sem proibir de todo a guerra, o que seria impensável numa sociedade guerreira, a Igreja restringiu-a à mínima expressão possível, submetendo-a às exigências de recuperação da vida socioeconómica e de reforma da cristandade.

Outras resoluções foram tomadas posteriormente. Em 1139, no Segundo Concílio Ecuménico de Latrão, o uso da besta nas lutas entre cristãos, dado o seu poder mortífero e pouco cavaleiresco, foi ilegalizado, apesar de na prática tal não se ter verificado de todo. Outra medida foi a condenação dos torneios, estipulando-se a privação de sepultura em terra consagrada a quem morresse num torneio. A par da proibição religiosa, também os monarcas sentiram a necessidade de restringir os torneios, evitando ajustes de contas e inimizades,

substituindo as armas usadas no campo de batalha por outras menos letais, concretamente espadas com fio embotado ou lanças cujas pontas aguçadas eram substituídas por uma esfera.

As sinergias assim contidas de uma cavalaria sedenta de combates e ímpeto belicoso foram canalizadas para objetivos mais conformes com o espírito cristão – a luta contra as injustiças e a guerra ao infiel. Foi este novo ideal que acabou por conduzir à proclamação da cruzada em 1095, ou seja, a recuperação da Terra Santa passou a constituir a missão sagrada de toda a classe guerreira. Com a Primeira Cruzada (1096-1099) surgiram as ordens monástico-militares, criadas em Jerusalém com o favorecimento da Cúria Romana, que as passou a orientar e a controlar. Foi deste modo que se formaram os Hospitalários, os Templários e os Teutónicos, «milícias de Deus» que, numa primeira fase, foram orientadas para a defesa dos territórios conquistados e proteção e assistência aos peregrinos, mas que rapidamente se tornaram em defensoras de toda a cristandade, desenvolvendo a sua atividade em grande parte da Europa Cristã.

Sintomaticamente, para além de exprimirem o desejo dos reformadores eclesiásticos de subordinação da cavalaria aos seus intentos, a existência dos monges-guerreiros denota claramente, mais do que uma subordinação, uma estreita identificação da parte dos cavaleiros das ordens aos ideários clericais. Realmente, as ordens monástico-militares encarnam o ideal da «cavalaria divina», a milícia de Cristo oposta à milícia secular, cuja violência gratuita, o culto mundano da glória e a procura do prazer, os doutores da Igreja não se cansavam de condenar. As ordens prescreviam para os leigos que a elas tinham acesso o voto de combate juntamente com os de castidade, obediência e pobreza pessoal, características de toda a tradição monástica. (Le Goff, 1990)

Bernardo de Claraval, o «Monge Guerreiro»

Nasceu Bernardo de Fontaine (fonte de onde jorra a água), em 1090, num castelo que o pai, Tercelino, cavaleiro de pequena nobreza e conselheiro do duque da Borgonha, possuía na localidade que lhe emprestou o sobrenome. Contando com o incentivo da mãe, Aleth, iniciou em tenra idade estudos escolares e eclesiásticos, sob orientação dos cônegos de Saint-Voles, no convento de Châtillon-Sur-Seine, localidade situada 50km a Noroeste de Fontaine. Aí se prodigalizou em Gramática, Retórica e Dialética (as chamadas artes liberais) e amadureceu a decisão de entrar na vida religiosa. (Bento XVI, 2011) Quando tinha 13 anos faleceu a mãe, perda que o marcará para a vida e, de certa forma, orientará a sua devoção mariana. A falta do regaço materno de uma mulher santa, conforme considerava a mãe, será substituída pelo amor à Virgem Maria, mãe espiritual e universal (Barbosa, 1990) Em 1112, com 22 anos de idade,

dá o passo decisivo da sua vida, a ingressão na recém-criada ordem religiosa de Cister, acompanhado de trinta companheiros, entre os quais quatro irmãos e um tio, que permitiram revitalizar uma congregação com problemas de crescimento e de afirmação.

Fundada na Borgonha, em Cîteux, pelo monge beneditino Roberto, Abade de Molesme, corria o ano de 1098, Cister surgira recentemente “*como reacção à prosperidade material e à ostentação da ordem de Cluny*” (Le Goff, 1990), também criada na Borgonha, cerca de 90 anos antes (909), pelo duque da Aquitânia, Guilherme, o Piedoso. Desde o início, Cluny responsabilizara-se pela orientação da reconquista, preconizando o ideal de guerra para a defesa e alargamento da cristandade e organização dos Estados Cristãos. Porém, a crescente importância e o poder da ordem religiosa desvirtuaram-na. Cister, ao adotar vestes brancas, por oposição às pretas cluniacenses, procurou reacender o ideal de pureza monástica, através do desprendimento dos bens materiais, pela reabilitação do trabalho manual e pelo isolamento e refinamento da vida espiritual. Assim, renunciando ao mundo, Cister fazia renascer o eremitismo. (Ballard, 1994)

A solidão, a pobreza e a oração preconizadas pela regra de São Bento, adotada por Cister, interessaram sobremaneira a Bernardo. Três anos depois da sua adesão à Ordem, em 1115 foi designado por Estêvão Harding, 3.º Abade de Cister, para fundar a Abadia de Claraval. Abria-se, a partir dessa altura, um novo ciclo para os monges brancos, um ciclo de prosperidade. Claraval tornava-se o ponto centrípeto de Cister e da cristandade, que “*atrairá nobres e camponeses, clérigos e servos, irradiando-se pela Borgonha, pela França e pelo resto da Europa*”. (Pierrard, 1996) Fazendo-se *unus inter pares* (um entre iguais), Bernardo, praticante do «amor divino», tinha na Virgem Maria a sua fonte de inspiração e na “*pobreza, mortificação e castidade os meios de chegar às alegrias da mística, de praticar uma religião do amor*”. (Huscenot, 1998) Nos primeiros anos, Bernardo faz vida de clausura, mortifica o corpo com jejuns, reza incessantemente, medita sobre as Sagradas Escrituras, lê a Patrística e escreve sermões, tratados religiosos e cartas destinadas aos outros mosteiros e à secularidade mundana. Só sai de Claraval para assistir ao Capítulo Geral da Ordem em Cister ou para visitar os irmãos de fé, instando ao crescimento da Ordem. Torna-se rapidamente um teólogo respeitado e a prudência dos seus conselhos admirada. É, assim, frequentemente visitado por religiosos e senhores nobiliárquicos, informando-se sobre os assuntos quotidianos, que vai a espaços perscrutando *in loco*. A par das preocupações eclesiásticas, as político-sociais começam a dominar as suas inquietações. (Barbosa, 1990)

A partir de 1128, Bernardo de Claraval e os Templários cruzam os seus destinos. Criada em Jerusalém, em 1118, no seguimento da Primeira Cruzada, com a missão de proteção aos

peregrinos que percorriam o caminho do porto de Jaffa a Jerusalém, amiúde atacados pelos «infiéis», a ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo (designação oficial) deriva da vontade de nove cavaleiros, à cabeça dos quais o francês Hugues de Payns. Em 1128, no Concílio de Troyes, a existência da Ordem foi formalmente reconhecida perante o Papa Honório II, que a consagrou ao serviço da Cristandade. Na verdade, o papado colocou muitas esperanças nestes monges-guerreiros para expansão do dogma cristão, colocando-os debaixo da sua proteção e livrando-os, deste modo, da jurisdição dos bispos e dos poderes seculares. Mas foi a Bernardo de Claraval que dois dos seus fundadores, Hughes de Payns, primo do abade, e Hughes de Champagne, seu tio, solicitaram o enquadramento estatutário para a Ordem, mediante a redação de uma Regra. Inspirada na de São Bento e de Cister, era extraordinariamente complexa e foi sendo aumentada e aprofundada ao longo dos anos, enquadrando a vida monástica e bélica dos membros da Ordem: contemplava os deveres religiosos e as obrigações militares; os pensamentos e comportamentos; a ética e a moral; a organização interna e a hierarquia; o vestuário e equipamento a utilizar em cada situação; o armamento e o *modus belli*. Enfim, um imenso rol de prerrogativas que norteavam a conduta de um Templário.²

Desta forma, o espírito do abade Bernardo e a de Cister incrustava-se na Cavalaria do Templo, visível na trilogia «pobreza, castidade e obediência». Além disso, o seu ímpeto guerreiro mais profissionalizado ficava sob o controlo da Igreja, assente no modelo da “Cavalaria Divina”. No imediato, em 1131, Bernardo preocupou-se em credibilizar a Ordem, redigindo um «manifesto de propaganda», o *De Laude Novae Militae Ad Templi* (Em louvor da Nova Milícia do Templo). Começou por criticar a arrogância, o esplendor, a ganância e a sede de glória do cavaleiro secular, afirmando que “*matar e morrer por tais objetivos não põe a alma em segurança*”. A essa guerra fútil, Bernardo contrapunha a santidade da missão guerreira desempenhada pelos Templários, enfatizando que “*travam um combate duplo contra os adversários de carne e sangue como contra o espírito do mal nos céus*”. Por essa via, defendia que “*o cavaleiro templário combatia sem medo nem censura, (...) protegendo a sua alma com a armadura da fé, tal como cobre o corpo com uma cota de malha. A fé e a espada devem actuar de comum acordo, combatendo para o triunfo do dogma e para a unidade católica (...). Matar ou morrer por Cristo nada tinha de criminoso, merecendo, isso sim, uma imensa glória*”. (Lamy, 1996) Como cisterciense e «Templário honorário», Bernardo de Claraval “*apresenta-se no duplo plano da acção no mundo e no tempo (Ordem*

² Ver Regra em Pinharanda Gomes, *A Regra Primitiva do Cavaleiro Templário*, Lisboa, Hugin, 1999.

Templária ao serviço da monarquia universal) e da missão espiritual e religiosa (Ordem de Cister ao serviço de uma Igreja purificadora e ascética”. (Quadros, 1988) Efetivamente, para Bernardo de Claraval, como para outros doutos religiosos, era necessário a existência de uma religião armada, acreditando na utilidade de milícias permanentes, compostas por cavaleiros cristãos supranacionais, revestidos com o duplo carácter religioso e militar, suficientemente poderosos para enquadrar e servir de guardas avançadas aos cruzados.

Foi devido a todo este idealismo, a esta convicção, rigor organizativo e conduta na ação que a Ordem Militar do Templo se transformou na mais poderosa organização da Idade Média. A supranacionalidade da Ordem, que não reconhecia fronteiras, embora respeitando a identidade de cada Nação e a sua dependência direta ao Papa, favorecia-os largamente e isentava-os do pagamento de qualquer tipo de impostos, permitindo-lhes criar um império financeiro sem precedentes. A Igreja dentro da Igreja, ou o «Estado Templário», foi guardião de bens de reis e do clero, credores de muitos outros e chegou a possuir, espalhados por toda a Europa e Próximo Oriente, dez mil comendas, inúmeros castelos, domicílios, propriedades e áreas de cultivo. Empreenderam atividades bancárias sem precedentes, chegando, inclusive, a inventar a letra de câmbio. Efetuaram ainda uma intensa atividade comercial terrestre e marítima, de Ocidente a Oriente, pois os Templários foram exímios navegadores, possuidores de excelentes conhecimentos náuticos.

Tendo em conta a orientação estratégica que norteava os Templários, o Próximo Oriente e a Península Ibérica foram os locais ideais para imprimir a sua atividade guerreira, reservando-se o resto da Europa a uma conduta mais monacal. A verdade é que no Oriente, apesar da presença dos Templários, dos Hospitalários, dos Cavaleiros Teutónicos e das sucessivas Cruzadas enviadas³, o sucesso inicial foi esmorecendo ao longo dos anos, atingindo a curva descendente em 1187, quando as tropas do Crescente Verde, comandadas por Saladino, se apossaram de Jerusalém. (Howarth, 1982)

Assim, os Templários obtiveram não só o reconhecimento papal e receberam a Regra como adquiriram uma orientação estratégica para a sua conduta militar. Visionário político, Bernardo passou a preocupar-se com a expansão ecuménica em direção às terras do Islão, procurando consubstanciar o Cristianismo Universal. Para isso, posicionou a Ordem Teutónica a manobrar no Centro-Leste da Europa, orientou os Templários para o Próximo Oriente e a cruzada peninsular.

³ Desde 1096, data do envio da Primeira Cruzada, a 1270, ano em que se registou a última, foram desencadeadas oito cruzadas com destino à Terra Santa.

Entretanto, por essa altura, em 1130, a Igreja conhecia um cisma, que ocorreu após a morte de Honório II e o surgimento de dois candidatos inconciliáveis à cadeira de São Pedro: Anacleto II, eleito pela maioria dos cardeais e apoiado pelo povo romano; Inocêncio II, eleito no mesmo dia por outra facção e apoiado pelos franco-alemães, Inglaterra e os Estados da península Ibérica. Bernardo apoia Eugénio e Anacleto torna-se antipapa. Com a morte deste, em 1138, e o assumir do pontificado por aquele, Bernardo passa a ter uma influência inexcedível na Cúria Romana. Que se irá prolongar até à sua morte, quando o «seu delfim» cisterciense, Pier Bernardo Pignatelli, se senta na cadeira pontifícia como Eugénio III, em 18 de dezembro de 1145.⁴

Quando, em 1144, os muçulmanos conquistaram Edessa aos cristãos no Próximo Oriente e colocaram em perigo Jerusalém, as campainhas de alarme tocaram na cristandade. Surge, assim, a ideia de organizar uma Segunda cruzada, através do Papa Eugénio III, que solicita a Bernardo a sua divulgação e motivação. Sem surpresa, acedeu ao pedido, fez a pregação nas imediações da Catedral de Vézelay, em 31 de março de 1146 onde, postado em cima de uma plataforma e perante uma imensa multidão, acicatou as vontades para acudirem à Terra Santa. Depois do discurso, calcorreou a Borgonha, Lorena, Flandres, Alemanha e Itália, recrutando e mobilizando as pessoas. Tanto bastou para que milhares de grandes senhores, cavaleiros e escudeiros, servos da gleba e peonagem gritassem «pronto», apresentando-se de espada em punho e disponíveis para matar o infiel em defesa da Terra onde Cristo padeceu e ressuscitou. Destaque para a presença dos reis Luís VII, de França, e de Conrado III, da Germânia⁵. Em 1147, enquanto os contingentes dos dois monarcas escolheram uma rota terrestre que os levou a atravessar, separadamente, a Europa em direção ao Império Bizantino, um terceiro contingente, constituído por ingleses e normandos (vassalos do rei Estêvão de Inglaterra), flamengos, bolonheses e alemães e, em menor número, bretões e escoceses, reuniu-se no porto inglês de Dartmouth. A sua intenção era descer o Atlântico, contornar a costa portuguesa e sulcar o Mediterrâneo, tendo a Terra Santa como destino.

Porém, apesar da orientação papal, da exortação e pregação de Bernardo e do comando exercido diretamente pelo rei da França e pelo imperador da Alemanha, a Cruzada redundou num fracasso, não tendo sequer chegado a Jerusalém. Fracassou devido à fadiga, às privações e, sobretudo, às discórdias no comando. (Drévillon e Wieviorka, 2018) A situação exasperou o Abade de Claraval, que bradou que “*se os hebreus caíram e pereceram pela sua iniquidade,*

⁴ Eugénio III morreu um mês antes de Bernardo de Claraval, em julho de 1153.

⁵ Relativamente à Segunda Cruzada, ver, Steven Runciman, História da Cruzadas, Lisboa, Livros Horizonte, Volume II, agosto de 1993.

porque haveremos de admirar-nos que os cruzados, culpados dos mesmos crimes, tenham recebido o mesmo castigo". (Huscenot, 1998) À semelhança, aliás, do que acontecera, em 1145, com a sua tentativa pessoal de reconversão dos Cátaros, tornados heréticos, cuja indiferença e agressividade nas suas deambulações pelo Languedoc inviabilizaram o encaminhamento para caminhos seguros e retos, menosprezando a matéria e o corpo humano e, por conseguinte, o Criador. (Bento XVI, 2011) Perante a impotência da sua reconversão, consciencializou-se que só a espada e a fogueira dariam resultado.

Bernardo, D. Afonso Henriques e a Cruzada Peninsular

Mas, se a missão da Segunda Cruzada estipulada para a Terra Santa fracassou, o mesmo não sucedeu com o desdobramento marítimo dos cruzados estacionados em Dartmouth relativamente a Portugal, onde a influência de Bernardo de Claraval permitiu um sucesso estrondoso. Na verdade, as conquistas de Santarém e de Lisboa, concretizadas em 1147 por D. Afonso Henriques, a 15 de março e 24 de outubro, respetivamente, têm o cunho de Bernardo de Claraval. (Mattoso, 2006)⁶ A conquista de Lisboa foi uma ação conjunta (meios terrestres e marítimos) e combinada (contingentes de diversas nacionalidades) e teve nas máquinas de sítio os meios decisivos, com destaque para a torre de assalto. Santarém foi tomada através de um golpe de mão, contou com auxílio no interior do castelo e foi submetida de noite. Ou seja, os métodos de conquista por D. Afonso Henriques decorrem consoante a oportunidade e as possibilidades. (Lousada, 2018)

Sabe-se que o monge de Claraval foi contactado pessoalmente, ainda antes da tomada de Santarém, por D. João Peculiar, arcebispo de Braga e agente diplomático de D. Afonso Henriques, e por carta, chancelada por este, no sentido de inserir o território portugalense na órbita dos objetivos da cruzada. Bernardo era primo de D. Afonso Henriques, por via do pai, o conde D. Henrique (ambos naturais da Borgonha), protetor espiritual e impulsionador dos Templários, presentes no território desde o governo de D. Teresa, e o homem que colocou Eugénio III na cadeira de São Pedro, seu discípulo de Cister. Com uma cruzada em curso, era o homem certo a contactar. Conhecedor das proezas guerreiras de D. Afonso Henriques, sabedor que este, após o Tratado de Zamora, confiara a proteção espiritual do reino a Roma e

⁶ Tese apoiada nos estudos de Luís Gonzaga Azevedo (*História de Portugal*, Vol. 4, 1942), de Harold Livermore («*The "Conquest of Lisbon" and its author*», Vol. 6, 1990 e de Jonathan Phillips, ("St. Bernard of Clairveux, the low countries and the Lisbon letter of the Secund Crusade", in *Journal of Ecclesiastic History*, Vol. XLVIII). Os autores enunciados têm como ponto de partida a carta, assumida como fidedigna, enviada por D. Afonso Henriques a Bernardo de Claraval e publicada no século XVII pelo erudito beneditino Jean Mabillon.

que lhe foi outorgado o título de «cavaleiro de São Pedro», Bernardo intuiu que o território portugalense seria a lança que iria ferir de morte o islão a ocidente. É este o contexto da vinda dos cruzados da região norte da Europa para a costa portugalense; com inegável sucesso, ao contrário da cruzada a oriente.

D. Afonso Henriques não ignorou as mercês concedidas e deu provas de fidelidade ao futuro santo e patrono espiritual do reino. Na mata de Pernes, antes do assalto a Santarém, o rei rezou pela intercessão espiritual (indireta) de Bernardo de Claraval, aí fazendo voto de edificação de um mosteiro a Santa Maria de Claraval, se tivesse sucesso. Assim aconteceu. Em 2 de fevereiro de 1148, iniciaram-se as obras em Alcobaça, em 1152 Afonso Henriques mandou vir de Claraval alguns monges para habitarem o convento e, em 8 de abril de 1153, fundou o Mosteiro de Alcobaça, concedendo carta de couto ao abade de Claraval e um vasto território limítrofe à Ordem de Cister, cujos limites iam até perto de Leiria, a Norte, e Óbidos, para Sul.

Relativamente à campanha em Lisboa, a intercessão é direta e, para o efeito, transcrevemos a análise de José Mattoso (que ‘bebe’ na tese de Jonathan Phillips):

Verificando que uma parte importante dos cruzados procedia dos Países Baixos, isto é, das regiões onde São Bernardo pregou a cruzada, em quase vinte lugares diferentes, entre Julho de 1146 e Janeiro de 1147, e que ele conhecia pessoalmente Cristiano de Gisteles, comandante dos soldados desta região e de Bolonha, considera altamente provável que eles tivessem recebido a incumbência de ajudarem Afonso Henriques na luta contra os sarracenos. Entre os argumentos que acumula, citemos, em primeiro lugar, (1) o facto, já muitas vezes notado, de o bispo do Porto saber de antemão que a cruzada passaria pelo Porto, e ter recebido do rei a incumbência de chegar a acordo com eles para a sua participação no ataque a Lisboa, sendo certo que este contacto é confirmado por fontes independentes (a carta de Osberto e a carta de Vinando); depois, (2) o facto de a carta dos cruzados teutónicos nas suas três versões de Vinando, Arnulfo e Duodequino pressupor também uma acção, se não programada, pelo menos prevista, pois o seu autor responde a uma solicitação de notícias por parte do arcebispo de Colónia; e ainda, (3) a data demasiado precoce da partida dos navios de Dartmouth (23 de Maio) em relação com a data de saída dos cruzados franceses e alemães dirigidos por Luís VII e Conrado III, os quais, apesar da viagem por terra demorar mais tempo, só saíram em Junho (Mattoso, 2006)

Posteriormente, com a edificação do castelo templário em Tomar (1160), enquanto outorga ao mestre D. Gualdim Pais, o Portugal de D. Afonso Henriques passou a ter nessas duas terras o centro religioso-militar: em Alcobaça os monges brancos tinham a missão de consolidar o território através do povoamento, trabalho da terra e evangelização das populações; em Tomar os guerreiros de manto branco com a cruz vermelha gravada, tinham a

missão de defender a linha de castelos entre o Mondego e o Tejo e expandirem o território para o Alentejo.

Estrategicamente, Portucale passava a assentar no triângulo Coimbra, Santarém e Lisboa. Em Coimbra estava o centro do seu poder e a base do seu apoio social. Santarém era o centro estratégico do reino e o seu celeiro, onde se situava a linha de defesa mais avançada, razão pela qual a localidade foi entregue à guarda dos Templários. Lisboa assumiu-se com centro comercial e de contacto marítimo com os povos do norte da Europa.

Constituindo uma força militar permanente, possuidora de uma capacidade combativa ímpar, a Cavalaria do Templo constituía-se como força profissionalizada. Realmente, os Templários eram altamente disciplinados, combatiam de forma coesa e devidamente enquadrados, o que era raro na época, nunca se rendiam e eram possuidores de uma força moral inigualável. Ao longo de todo o processo de Reconquista, estavam cometidos aos Templários dois objetivos fundamentais: a atividade militar contra os mouros e o povoamento do território.

No campo de batalha, comandados pelo Mestre, os Templários organizavam-se em esquadrões, com a Balsa (estandarte) à frente, que servia de íman galvanizador para todos, mantendo o dispositivo de combate firme.⁷ Para ficarmos com uma ideia da força combativa que representavam e do ideal que os movia no campo de batalha, acompanhemos a descrição feita por Alexandre Herculano sobre a conduta dos Templários relativa à reconquista de Alcácer do Sal, em 1217:

(...) A severa disciplina da Ordem, as solenidades com que entravam nas batalhas produziam (...) o entusiasmo (...) naqueles que os viam ao lado[as outras componentes da hoste]. Os esquadrões do Templo ao formarem-se para a batalha guardavam profundo silencio, que só era cortado pelo ciciar do balsão (...) que os guiava (...) e dos longos e alvos mantos dos cavaleiros que se agitavam. À voz do Mestre, uma trombeta dava o sinal do combate, e os freires, erguendo os olhos ao céu, entoavam o hymno de David: Não a nós senhor, não a nós! Mas dá gloria ao Teu nome!⁸ Então, abaixando as lanças e esporeando os ginetes, arrojavam-se ao inimigo, como a tempestade, envoltos em turbilhões de pó. Primeiros no ferir eram os últimos em retirar-se quando assim lh'o ordenavam. Desprezando os combates singulares, preferiam acommeter em columnas cerradas, e para 13les não havia recuar: ou as dispersavam ou morriam. A morte era, de feito, mais bella para o Templário do que a vida comprada a cobardia. (Herculano, 1980-1981)

⁷ A Balsa, de cor preta e branca (xadrez) era um objeto sagrado para o Templário, que no campo de batalha, seguindo junto ao Mestre, era protegida por uma elite de experientes cavaleiros.

⁸ *Non Nobis, Domini, Non Nobis, Sed Nomini Tuo da Glorium*, lema da Ordem, baseado no Salmo 113.º de David.

Foi imbuída deste espírito e vigor que a Ordem participou, ativamente, em todas as campanhas e conquistas de relevo efetuadas: batalha de Ourique, conquistas de Santarém, Lisboa, Alcácer do Sal, Silves. Da mesma maneira, quando o inimigo atacava eram os Templários que recebiam o primeiro embate. Era de acordo com este pressuposto que a Ordem se acastelava nos locais de fronteira mais vulneráveis e estrategicamente mais importantes. Deste modo, constituíam não só uma força permanentemente vigilante e retardadora (defensiva), como também autênticas «cunhas» ofensivas, que constantemente colocavam os muçulmanos em sobressalto.

Quanto à finalidade de povoarem, a Ordem exerceu um contínuo e profícuo esforço colonizador e de arroteamento de terras, que levou à fixação de moradores nas áreas onde se estabelecia, bem como a uma intensa e produtiva atividade agrícola nos campos circundantes. A segurança e estabilidade que a presença dos monges-guerreiros transmitia às populações são reveladoras dos aglomerados populacionais que se desenvolveram à sua volta.

Efetivamente, a nova nação europeia – Portugal – ficaria a dever, em larga medida, as suas origens a Bernardo de Claraval, que a idealizou, e a D. Afonso Henriques, que a edificou, orientando-se ambos para o alargamento fronteiriço à custa dos maometanos. Os principais «instrumentos» utilizados foram as Ordens de Cister e do Templo, servindo aquela para dar estabilidade afetiva e económica às populações, e esta para garantir a defesa territorial, a segurança e permitir a expansão militar. Bernardo é omnipresente na Terra Portucalense, não sendo despreciable a proteção que D. Afonso Henriques encontrou junto do papa Eugénio III, antigo monge de Claraval, após a celebração do Tratado de Zamora, em 1143.

Assim, pode afirmar-se que “*D. Afonso Henriques ficou a dever a aprovação da sua investidura ao Abade de Claraval, verdadeiro patrono espiritual do Reino*” (Quadros, 1988). Na Sala dos Reis do Mosteiro de Alcobaça, centro cisterciense em Portugal, pode ver-se a imagem de São Bernardo e do Papa Eugénio III a coroarem o monarca fundador.

Derradeiros Apontamentos

O monge Bernardo morreu em 20 de agosto de 1153, deixando uma derradeira carta onde dá conta da sua saúde arruinada: “*Já não consigo dormir. O meu sofrimento é contínuo*”. (Huscenot, 1998) Figura imensa, mas não consensual, é para uns um manipulador, um monge sem alma e um homem da Igreja que, posicionado no centro político da Europa dominou, influenciou e subjugou, tudo e todos, ao seu idealismo espiritual e pragmatismo político. Para outros foi um asceta, um eminente teólogo e doutrinador, cuja santidade e entusiasmo

irradiaram por toda a cristandade, que “*difamou a decadência monástica, sendo um arauto da Virgem e da humanidade de Cristo*”. (Pierrard, 1996) René Guénon descreve-o como o “*«protótipo de Galaaz, o cavaleiro ideal e sem mancha, o herói vitorioso da demanda do Graal»*”. (Quadros, 1988)

Ambas as opiniões se conjugam, de certa forma. O que é inegável é que Bernardo de Claraval, mais do que um homem do seu tempo, foi o homem que marcou esse tempo. Foi canonizado em 18 de janeiro de 1174, pelo Papa Alexandre III, curiosamente o mesmo Papa que reconheceu definitivamente a soberania de Portugal através da Bula *Manifestis Probatum* (23 de maio de 1179) e foi proclamado Doutor da Igreja, em 1830, por Pio VIII.

Bibliografia

- BALLARD, Michel – *A Idade Média no Ocidente*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1994.
- BARBOSA, Pedro Gomes – “S. Bernardo de Fontaines (1090-1153). De Cluny a Cister”. In *História*, Ano XII, N.º 133. Lisboa: outubro de 1990.
- BENTO XVI – *Os Mestres*. Lisboa: Paulus, 2011.
- DRÉVILLON, Hervé e WIEVIORKA, Olivier (Dir) – *Histoire Militaire de la France. I. Des Mérovingiens au Second Empire*. Paris: Perrin/Ministère des Armées, 2018.
- HOWARD, Michael – *A Guerra na História da Europa*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.
- GOMES, Pinharanda – *A Regra Primitiva do Cavaleiro Templário*. Lisboa: Hugin, 1999.
- HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal*, Anotações Críticas de José Mattoso. Tomo II, Livro IV. Lisboa: Livraria Bertrand, 1981.
- HOWARTH, Stephen – *Os Cavaleiros Templários*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1982.
- HUSCENOT, Jean – *Os Doutores da Igreja*. Apelação: Paulus, 1998.
- LAMY, Michel – *Os Templários*. Lisboa: Editorial Notícias, 1996.
- LE GOFF, Jacques (Dir) – *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- LOUSADA, Abílio Pires – *Glórias e Desaires da História Militar de Portugal*. Lisboa: Manuscrito, 2018.
- MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

- O'CONNELL, Robert – *História da Guerra. Armas e Homens*. Lisboa: Editorial Teorema, 1995.
- PIERRARD, Pierre – *História da Igreja Católica*. Lisboa: Planeta Editora, 1996.
- QUADROS, António – *Portugal Razão e Mistério*. Vol. I. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.
- RUNCIMAN, Steven – *História das Cruzadas*. Vol. II. Lisboa: Livros Horizonte, 1993.
- SANTOS, José Alberto Loureiro dos – *Apontamentos de História para Militares. Evolução dos Sistemas de Coacção. Apontamentos para a História da Subversão em Portugal*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1979.